

RELATÓRIO DA ADMINISTRA O

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às determina es legais e estatutárias, apresentamos as demonstra es financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2017 da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil juntamente com o parecer dos Auditores Independentes.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais - R\$)						
ATIVO	Nota explicativa	2017		2016		PASSIVO
		2017	2016	2017	2016	
CIRCULANTE		6.270	34.785	600.266	541.759	CIRCULANTE
Disponibilidades	6	1.324	12.535	338.361	202.114	Depositos Interfinanceiros
Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez		1	-	338.361	202.114	Depositos Interfinanceiros Ligadas
Depositos Interfinanceiros Ligadas	7a	1	-	168.014	221.732	Obrigac�es por Empréstimos e Repasses
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		412	21.623	2.055	-	Empréstimos no País
Carteira Própria	8a	-	7.996	165.959	221.732	Empréstimos no Exterior
Opera�es de Swap	8d	412	7.965	-	19.425	Instrumentos Financeiros Derivativos
Vinculados � Presta�o de Garantias	8a	-	5.662	-	19.425	Opera�es de Swap
Opera�es de Arrendamento Mercantil	10	(6.122)	(9.416)	93.891	98.488	Outras Obrigac�es
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber				41.900	36.450	Fiscais e Previdenciárias
- Setor Privado		334.019	325.329	-	1.534	Negocia�o e Intermedia�o de Valores
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(331.265)	(324.534)	51.991	60.504	Diversas
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		52.754	51.544			
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(52.516)	(51.544)			
(-) Provisão para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa						
Outros Créditos	11	(9.114)	(10.211)			
Diversos	12a	8.385	7.119			
Outros Valores e Bens		2.270	2.924			
Bens Não de Uso Próprio		2.100	2.294			
(-) Provisão para desvaloriza�o de bens		(1)	(92)			
Despesas Antecipadas		171	722			
Despesas Antecipadas		116.093	59.329			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		118.065	73.855			
Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez		118.065	73.855			
Depositos Interfinanceiros Ligadas	7a	118.065	73.855			
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.420	-			
Opera�es de Swap	8d	4.420	-			
Opera�es de Arrendamento Mercantil	10	(15.521)	(15.425)			
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Privado		573.657	531.046			
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado		(573.657)	(529.433)			
Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber - Setor Público		54.893	97.785			
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Público		(54.893)	(97.785)			
(-) Provisão para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa						
Outros Créditos	12a	7.657	-			
Diversos		7.657	-			
Outros Valores e Bens		1.472	899			
Despesas Antecipadas		1.472	899			
PERMANENTE		939.881	970.264			
Imobilizado de Uso		489	630			
Imobiliza�es em Curso		-	1.079			
Outras Imobiliza�es de Uso		998	87			
(-) Deprecia�es Acumuladas		(509)	(536)			
Imobilizado de Arrendamento	13c	939.138	969.456			
Bens Arrendados		1.330.218	1.403.465			
Supervenien�cias de Deprecia�es	9 e 10a	156.095	138.146			
Perdas de Arrendamento a Amortizar		95.558	60.071			
(-) Deprecia�es Acumuladas		(596.957)	(613.691)			
(-) Amortiza�o de Perdas de Arrendamento	13	(45.776)	(18.535)			
Intangível		254	178			
Licenças de Uso - Software		607	509			
(-) Amortiza�o de Licença de Uso - Software		(353)	(331)			
TOTAL DO ATIVO		1.062.244	1.064.378			TOTAL DO PASSIVO
				1.062.244	1.064.378	

DEMONSTRA ES DAS MUTA ES DO PATRIM NIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		89.398	270	1.942	(31.587)	60.023
Aumento de Capital (homologado em 19/02/2016)	18a	45.000	-	-	-	45.000
Plano de Pagamento Baseado em A�es		-	37	-	-	37
Ajuste de Avalia�o Patrimonial		-	-	(1.857)	-	(1.857)
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(8.864)	(8.864)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		134.398	307	85	(40.451)	94.339
Plano de Pagamento Baseado em A�es	23	-	70	-	-	70
Ajuste de Avalia�o Patrimonial		-	-	(85)	-	(85)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	16.242	16.242
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		134.398	377	-	(24.209)	110.566
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		134.398	307	-	(38.363)	96.342
Plano de Pagamento Baseado em A�es	23	-	70	-	-	70
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	14.154	14.154
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		134.398	377	-	(24.209)	110.566

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das opera es de arrendamento mercantil definidas pela Lei n  6.099, de 12 de setembro de 1974. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas opera es a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. A parte principal das capta es   proveniente da matriz no exterior do Grupo Société Générale - Paris, e atualmente, vem sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com o Banco Société Générale Brasil S.A., cujo suporte financeiro será mantido pelo controlador.

2. BASE DE PREPARA O E APRESENTA O DAS DEMONSTRA ES FINANCEIRAS - As demonstra es financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instru es do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Sociedade, na elabora o das demonstra es financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redu o ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolu o n  3.566/08 do CMN; **b)** CPC 03 - Demonstra o dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolu o n  3.604/08 do CMN; **c)** CPC 05 - Divulga o sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolu o n  3.750/09 do CMN; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em A es - homologado pela Resolu o n  3.989/11 do CMN; **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retifica o de Erro - homologado pela Resolu o n  4.007/11 do CMN; **f)** CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolu o n  3.973/11 do CMN; **g)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolu o n  3.823/09 do CMN; **h)** CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolu o n  4.424/15 do CMN; **i)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elabora o e Divulga o de Relatório Contábil Financeiro - homologado pela Resolu o n  4.144/12 do CMN. Atualmente não   possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utiliza o dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstra es financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 21 de fevereiro de 2018.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis de avalia o dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apura o do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a opera es com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As opera es com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As opera es com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das opera es na data da efetiva aplica o seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolu o n  3.604/08 do CMN. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular n  3.068 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a inten a da Administra o, conforme segue: **i)** Títulos para negocia o; **ii)** Títulos disponíveis para venda; e **iii)** Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negocia o" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisi o, acrescido dos rendimentos

aferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negocia o" são contabilizados em contrapartida   adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrim nio líquido denominada "Ajustes de avalia o patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por opera es de futuros, os quais têm o valor dos ajustes diários contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de prote o contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: **i)** - "hedge" de risco de mercado; e **ii)** - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: **(1)** Para aqueles classificados como "hedge" de risco de mercado, a valoriza o ou de desvaloriza o   registrada em contrapartida   adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e **(2)** Para aqueles classificados como "hedge" de fluxo de caixa, a valoriza o ou de desvaloriza o   registrada em contrapartida   conta destacada do patrim nio líquido, líquida dos efeitos tributários. **d) Arrendamentos a receber** - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condi es determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito   creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contrapresta es de arrendamento são registradas como "Receitas da intermedia o financeira - opera es de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legisla o aplicável. **e) Rendas de arrendamento** - As rendas das opera es de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As opera es classificadas como nível "H" permanecerão nessa classifica o por seis meses, quando então serão baixadas contra a provisão existente e passarão a ser controladas em contas de compensa o, não mais figurando no balanço patrimonial. **f) Deprecia o** - A deprecia o dos bens de imobilizado de uso   calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. A deprecia o dos bens do imobilizado de arrendamento   calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria n  113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente ao no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa deprecia o   contabilizada a débito de despesas da intermedia o financeira - opera es de arrendamento mercantil. **g) Valores residuais garantidos** - Os valores residuais garantidos, os quais representam as op es de compra a vencer, bem como suas respectivas atualiza es, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquida o duvidosa** - As opera es de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administra o quanto ao nível de risco, levando em considera o a conjuntura econ mica, a experiência passada e os riscos específicos em rela o   opera o, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolu o n  2.682/99 do CMN, que requer a análise per dica da carteira e sua classifica o em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As opera es renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegocia es de opera es de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensa o são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegocia o são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i) Perdas de arrendamento a amortizar** - Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstra es financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados. **j) Supervenien cia ou insuficiência de deprecia o** - Na apura o do resultado do exercício   efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado   comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e opera es de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de deprecia o, se negativa, ou supervenien cia de deprecia o, se positiva. A supervenien cia de deprecia o   registrada no resultado, na rubrica de "Opera es de arrendamento mer-

DEMONSTRA O DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por a o)

	Nota explicativa	2 ^o Semestre		Exercício	
		2017	2017	2016	2016
RECEITAS DA INTERMEDIA�O FINANCEIRA		262.795	497.619	365.275	
Receita de Opera�es de Arrendamento Mercantil		260.735	506.609	469.237	
Resultado de Opera�es com Títulos e Valores Mobiliários		2.942	6.544	10.751	
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8d.2.1	(882)	(15.534)	(114.713)	
DESPESAS DA INTERMEDIA�O FINANCEIRA		(236.515)	(455.276)	(340.134)	
Opera�es de Capta�es no Mercado	15b	(28.430)	(53.949)	(46.948)	
Despesa de Opera�es de Arrendamento Mercantil		(207.534)	(391.661)	(358.776)	
Opera�es de Empréstimos e Repasses	16c	(2.351)	(5.030)	69.457	
Provisão para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa	11	1.800	(4.636)	(3.867)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIA�O FINANCEIRA		(26.280)	(42.343)	(25.141)	
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.870)	(20.817)	(17.056)	
Receitas de Presta�o de Serviços		82	108	337	
Rendas de Tarifas Bancárias		21	37	38	
Despesas de Pessoal		(6.239)	(12.049)	(10.988)	
Outras Despesas Administrativas	20	(3.654)	(8.027)	(7.315)	
Despesas Tributárias		(1.490)	(2.950)	(3.581)	
Outras Receitas Operacionais	21	1.596	3.986	5.833	
Outras Despesas Operacionais	22	(1.186)	(1.922)	(1.380)	
RESULTADO OPERACIONAL		15.410	21.526	8.085	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL PARTICIPA�O DOS EMPREGADOS NO L�CRO		(538)	(1.543)	(2.228)	
TRIBUTA�O SOBRE O L�CRO		15.656	22.928	4.977	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUI�O SOCIAL	14	(1.502)	(6.686)	(13.841)	
Imposto de Renda Corrente		-	-	(95)	
Contribui�o Social Corrente		(2.199)	(2.199)	(6.186)	
Ativo Fiscal Diferido		697	(4.487)	(7.560)	
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		14.154	16.242	(8.864)	
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) POR A�OES - R\$		2,89	3,32	(1,81)	

DEMONSTRA ES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	2 ^o Semestre	Exercício	
		2017	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		14.154	16.242	(8.864)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		135.574	256.026	235.527
Deprecia�es e Amortiza�es		190.908	370.234	350.424
Insuficiência(Supervenien�cia) de Deprecia�o	9	2.788	(17.948)	(30.241)
Imposto de Renda e Contribui�o Social Diferidos	14c	4.417	9.531	6.039
Vari�o Cambial de Empréstimos Plano de Pagamento Baseado em A�es	23	70	70	36
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários		-	88	1
Provisão para Opera�es de Arrendamento Mercantil de Liquida�o Duvidosa	11	(9.041)	(2.614)	3.592
Lucro Líquido do Semestre/Exercício Ajustado		149.728	272.268	226.663
Vari�o de Ativos e Obrig				

(continuação)

SOCIETE GENERALE

Corporate & Investment Banking

SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertencente ao Sistema Financeiro Societé Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West
Tower - Torre B - 20º andar, CJ 2012
AlphaVie Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgfb.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **p) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 ao semestre. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável foi calculada até agosto de 2015 à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **q) Redução ao valor recuperável de ativos** - Os ativos financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **r) Partes relacionadas** - As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 do CMN, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico nº 5 do CPC, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas. **s) Mensuração ao valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **t) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **u) Resultado por ação** - A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Sociedade, em conjunto com a matriz do grupo em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica na Sociedade. O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Societé Générale Brasil S.A. (instituição líder do conglomerado). **I. Risco de crédito:** Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado:** A área de Risco de Mercado do Banco Societé Générale Brasil S.A. ("instituição líder") é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Grupo Societé Générale Brasil com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Grupo Societé Générale Brasil, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 3.380 do CMN, de 29 de junho de 2006, a Sociedade identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) análise sistemática das perdas operacionais históricas; ii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iii) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; iv) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("Compliance"); v) plano de continuidade de negócios; e vi) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado na instituição líder, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamento, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 4 de março de 2013 e alterada pela Circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular nº 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela Circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Informações aos Investidores.

5. GERENCIAMENTO DE CAPITAL - O Conglomerado do Grupo Societé Générale Brasil S.A. realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamentos de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo: i. Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; ii. Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; iii. Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do Comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez e Mercado, que se reúne mensalmente.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades	1.324	12.535
Total	1.324	12.535

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - a) O saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se às aplicações em CDI pós junto a instituição líder com vencimentos até 2019.

	2017	2016
Aplicações depósitos interfinanceiros ligada (nota 19a)	118.066	73.855
Curto Prazo	1	-
Longo Prazo	118.065	73.855

b) Resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros ligada

	2º semestre 2017	2016
Receitas de aplicações CDI ligadas (nota 19a)	221	5.653
Total	221	5.653

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por categoria

Títulos e Valores Mobiliários	2017		2016	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-
Livres	-	-	7.997	7.996
Títulos disponíveis para venda-LTN	-	-	7.997	7.996
Vinculados à Prestação de Garantia	-	-	5.665	5.662
Títulos disponíveis para venda-LTN	-	-	5.665	5.662
Total	-	-	13.662	13.658

a.1) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda"

	2016			
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste MtM	Saldo Líquido
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.662	13.658	(4)	(2)
Total	13.662	13.658	(4)	(2)

b) Composição por prazo de vencimento

	2017		2016	
	Títulos Disponíveis para Venda	Total	Títulos Disponíveis para Venda	Total
Até 3 meses	-	-	7.996	7.996
A vencer de 3 a 12 meses	-	-	5.662	5.662
Total	-	-	13.658	13.658

c) Composição por emissor

	2017	2016
Operações de Swap		
Privados - Banco Societé Générale Brasil (saldo líquido)		
Públicos - Governo Federal	(20.798)	(27.875)
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo Federal	-	13.658

d) Instrumentos financeiros derivativos

d.1) Operações de Swap

	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Diferencial a receber	4.832	19.196	7.965	7.672
Diferencial a pagar	(25.630)	(28.276)	(35.750)	(15.819)
Total (nota 19a)	(20.798)	(9.080)	(27.785)	(8.147)

d.2) Mercado Futuro

	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
A vencer até 12 meses	-	-	412	(11.460)
A vencer após 12 meses	-	-	(21.210)	(16.325)
Total	-	-	(20.798)	(27.785)

d.2.1) Demonstrativo do resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos

	2º semestre 2017		2016	
	Operações registradas na Cetip	Total	Operações registradas na Cetip	Total
Operações de swap	(882)	(9.080)	(69.807)	(69.807)
Mercado futuro	-	(6.454)	(44.906)	(44.906)
Total	(882)	(15.534)	(114.713)	(114.713)

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3 - Brasil, Bolsa Balcão), os quais são avaliados ao valor de mercado diariamente através de ajustes diários das posições ativas e passivas. A seguir, demonstramos a relação dos derivativos avaliados a mercado em 31 de dezembro de 2017

Índice	2017			
	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor de Referência	
Dólar x Pré (Fluxo de caixa)	87.750	87.750	(19.469)	(25.630)
CDI x Pré (Fluxo de caixa)	240.445	240.445	862	4.832

Índice	2016			
	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor de Referência	
Dólar x Pré (Fluxo de caixa)	148.960	148.960	28.443	(27.785)

Índice	2017			
	Valor dos Contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor de Referência	
DDI	146.101	-	-	(1.530)
DI	111.453	-	-	(4)
Total	257.554	-	-	(1.534)

Os ajustes a receber ou a pagar das operações do mercado futuro foram registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores" ou "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores".

	2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total de Contratos
Swap	64	348	(21.210)	(20.798)
Total	64	348	(21.210)	(20.798)

	2016			
	De 3 a 12 meses	Total de contratos		
Futuros	257.554	257.554		
Total	257.554	257.554		

d.3) Derivativos utilizados como instrumentos de hedge accounting - A estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa da Sociedade é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à matriz do grupo Societé Générale no exterior, em Paris e em sua subsidiária em Nova York, e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de hedge, composta pelo empréstimo (objeto de hedge) e os derivativos (instrumentos de hedge), é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082 do BACEN. As estruturas de hedge são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos futuros é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado. A avaliação mensal da efetividade dessas estruturas é realizada considerando as análises prospectiva e retrospectiva, cujo intervalo deve estar entre 80% e 125%. Na Sociedade, atualmente esta efetividade é de 100%, em média. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa Balcão. Os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2016 e 2017. Os derivativos utilizados como instrumentos de hedge estavam representados como segue.

Nível de Risco	2017					2016				
	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	90.603	41	90.644	-	-	224.171	60	224.231	-
A	0,5%	518.877	44	518.921	2.594	356.307	345	356.652	1.783	
B	1,0%	217.382	19	217.401	2.174	251.973	237	252.210	2.522	
C	3,0%	28.532	-	28.532	855	33.504	216	33.720	1.011	
D	10,0%	17.073	824	17.897	1.790	1.320	177	1.497	149	
E	30,0%	15.208	697	15.905	4.772	18.485	703	19.188	5.756	
F	50,0%	3.730	81	3.811	1.905	491	-	491	249	
G	70,0%	-	-	-	-	6.639	734	7.373	5.161	
H	100,0%	10.545	-	10.545	10.545	8.105	2.513	10.618	10.618	
Total		901.950	1.706	903.656	24.635	900.995	4.985	905.980	27.249	

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida

	2017	2016
Saldo Inicial	27.249	23.656
Constituição	4.636	3.835
Créditos baixados para prejuízo	(7.250)	(242)
Saldo final	24.635	27.249

12. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2017	2016
Impostos a compensar	15.985	7.065
Devedores diversos no exterior	-	27
Adiantamento e antecipações salariais	19	-
Devedores diversos no país	19	6
Créditos tributários	-	2
Outros	19	19
Total	16.042	7.119

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (nota 14c)	39.024	34.537
Provisão para impostos e contribuições	2.200	912
Provisão para imposto diferido sobre MTM	-	70
Impostos e contribuições a recolher	676	932
Total	41.900	36.451

c) Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Cretores por antecipação de valor residual (nota 10a)	34.473	63.787
Valores a pagar a fornecedores de bens objeto de arrendamento	-	31.365
Fundo de reserva de financiamento	22.365	14.635
Parcelas de arrendamento recebidas antecipadamente	-	12.024
Despesas de pessoal	3.340	3.347
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 19 a)	59	23
Cretores diversos - fianças	1.001	491
Contingências trabalhistas	1.351	-
Outras	760	398
Total	63.349	126.070
Curto prazo	51.991	60.504
Longo prazo	11.358	65.566

Hedge de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016

Objeto de hedge	2016		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Captações externas - empréstimos ⁽¹⁾	145.899	146.455	556
Instrumento de hedge	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Contratos de futuros - ativo DDI	146.453	146.552	99
Contratos de futuros - ativo DI	(112.118)	(111.505)	613

⁽¹⁾ O ajuste a valor de mercado no montante de R\$ 556, foi registrado em conta de patrimônio líquido. Para proteção do objeto de hedge a Sociedade negociou contratos de Futuro DDI e Futuros DI na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão. Em abril de 2017 os contratos de instrumentos financeiros com finalidade de hedge accounting foram liquidados em sua totalidade.

9. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIÇÃO - No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada superveniência de depreciação no valor de R\$ 17.948 (R\$ 30.241 em 2016), estando registrada contabilmente nas contas relacionadas às operações de arrendamento mercantil, na demonstração de resultado, e no balanço patrimonial o valor de R\$ 156.095 (R\$ 138.146 em 2016).

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - Os contratos de arrendamento mercantil estão registrados pelos seus valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue

ARRENDAMENTO FINANCEIRO - a) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro

	2017	2016
Arrendamentos a receber - setor privado	872.335	846.359
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(869.581)	(843.950)
Arrendamento a receber - setor público	107.647	149.329
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(107.409)	(149.329)
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	698.871	778.699
Superveniência de depreciação (nota 13a e 13c)	156.095	138.146
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 13a)	49.782	41.536
Cretores por antecipação de valor residual (nota 12c)	(34.473)	(63.787)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	873.267	897.003

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais - R\$)
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUI O SOCIAL - a) C culo dos encargos com imposto de renda e contribui o social incidentes sobre as opera es nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	Imposto de Renda		Contribui�o Social	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribui�o Social	22.928	4.977	22.928	4.977
Alíquota vigente	25%	25%	20%	20%
Expectativa de crédito (despesa) de Imposto de Renda e da Contribui�o Social	(5.732)	(1.244)	(4.586)	(995)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribui�o Social sobre as diferenças permanentes				
Juros indedutíveis - Lei 12.249/10	-	(676)	-	(541)
Outros	(176)	(598)	(140)	(478)
Efeito do Imposto de Renda e da Contribui�o Social sobre as diferenças temporárias (1)				
Resultado com marca�o a mercado	4.776	(4.094)	3.821	(3.275)
Provisão para devedores duvidosos	(1.159)	(967)	(927)	(773)
Provisão de contingências	(338)	-	(270)	-
Outras diferenças temporárias	(121)	(155)	(97)	(124)
Superveniência	4.698	7.560	-	-
Despesa com Imposto de Renda e Contribui�o Social / (Base Negativa de Imposto de Renda e Contribui�o Social)	1.949	(174)	(2.199)	(6.186)
Compens�o de prejuízo fiscal	-	52	-	-
Imposto de renda - alíquota adicional	-	24	-	-
Dedu�es PAT	-	3	-	-
Crédito Tributário sobre superveniência	(4.488)	(7.560)	-	-
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribui�o Social	(4.488)	(7.655)	(2.199)	(6.186)

(1) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possui prejuízos fiscais de R\$ 86.102 (R\$ 78.273 em 2016) e diferenças temporárias referentes   provisão não dedutível de R\$ 37.878 (R\$ 50.513 em 2016), sobre os quais não foi contabilizado imposto de renda diferido (25%) no montante de R\$ 30.995 (R\$ 32.196 em 2016) e contribui o social (20%) no montante de R\$ 24.796 (R\$ 25.757 em 2016), que serão contabilizados quando atendidas todas as condi es da Resolu o n  3.059/02 do CMN.

b) Constitui o (realiza o) do imposto de renda diferido

	2017	2016
Base de cáculo:		
Superveniência de deprecia�o	156.095	138.146
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constitui�o sobre diferenças temporárias	39.024	34.536

c) Movimenta o do imposto de renda diferido

	2017	2016
Saldo inicial	34.536	26.976
Adi�es líquidas	4.488	7.560
Saldo final (nota 12b)	39.024	34.536

15. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS
a) O saldo de depósito interfinanceiro refere-se às capta es em CDI Pré e Pós junto ao Banco Société Générale Brasil S.A.

	2017	2016
Depósito interfinanceiro ligada (nota 19a)	614.501	411.989
Total	614.501	411.989
Curto prazo	338.361	202.114
Longo prazo	276.140	209.875

b) Resultado com depósito interfinanceiro ligada

	2 ^o semestre	2017	2016
Varia�o CDI ligadas (nota 19a)	(2.911)	(53.949)	(46.948)
Total	(2.911)	(53.949)	(46.948)

16. OBRIGA OES POR EMPRÉSTIMOS - a) Capta es no País - Resolu o n  2.921 - Em 11 de outubro de 2012, a Sociedade captou empréstimo com o Banco HSB Brasil, vinculado com base nos recebíveis de opera es de arrendamento mercantil da Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, contratadas segundo a Resolu o 2.921/02 do CMN, no montante de R\$ 27.928, com juros de 0,55% a.a. e taxa de 100% do CDI, e vencimento em 3 de outubro de 2016. Nova capta o com essas mesmas características ocorreu em 28 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 7.556, com juros de 0,558% a.a. e taxa de 100% do CDI, com vencimento em 3 de dezembro de 2016. Em 23 fevereiro de 2017, nova capta o com essas mesmas características ocorreu junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de opera es de arrendamento mercantil da Tecban - Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a. e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 partes das opera es foram liquidadas antecipadamente.

	2017	2016
Empréstimos no país - não ligadas	7.294	-
Total	7.294	-
Curto prazo	2.055	-
Longo prazo	5.239	-

b) Capta es no Exterior - A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui opera es denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obriga es por empréstimos, captados junto   matriz no exterior do grupo Société Générale - Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos   varia o cambial e juros de até 4,51% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 4 de dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R\$ 97.211, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 6 de novembro de 2017. Em 24 de novembro, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation - IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

	2017	2016
Obriga�es por empréstimos no exterior - ligadas (nota 19a)	111.614	304.354
Obriga�es por empréstimos no exterior - não ligadas	66.103	33.498
Total	177.717	337.852
Curto prazo	165.959	221.732
Longo prazo	11.758	116.120

c) Resultado com opera es de empréstimos e repasses

	2017	2016
Juros - não ligadas	(403)	(1.064)
Varia�o Cambial - não ligadas	344	11.495
Outros - não ligadas	(1.112)	(3.740)
Impostos - ligadas	(4.763)	(826)
Juros - ligadas	(237)	(5.975)
Varia�o Cambial - ligadas	1.141	69.567
Total	(5.030)	69.457
Total - não ligadas	(1.171)	6.691
Total - ligadas (nota 19a)	(3.859)	62.766

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de opera es de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2017 foi registrado o montante de R\$ 21.287 (R\$ 20.394 em 2016).

18. PATRIM NIO LÍQUIDO - a) Capital Social - O Capital Social   de R\$ 134.398 (R\$ 134.398 em 2016), representado por 4.897.002 a es (4.897.002 em 2016), sendo 2.448.501 a es ordinárias (2.448.501 em 2016) e 2.448.501 a es preferenciais (2.448.501 em 2016), sem valor nominal, pertencentes   acionista domiciliado no País. As a es preferenciais não têm direito a voto, porém ter o prioridade no caso de reembolso do Capital. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de fevereiro de 2016, foi deliberado o aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 45.000, representado por 1.639.644 a es, passando assim para um total de 4.897.002 a es, mediante a emissão de 619.822 a es ordinárias e 619.822 a es preferenciais. Esse aumento do Capital Social foi aprovado pelo BACEN em 16 de fevereiro de 2016. **b) Reserva Legal -** Constituída   razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do exercício para reserva legal. **c) Reservas Estatutárias -** Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do exercício para reservas estatutárias. **d) Dividendos -** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas   assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual.

19. TRANSA OES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - a) As transa es com partes relacionadas decorrem de opera es que apresentam os seguintes saldos nos semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	26	16	-	-
Aplica�es interfinanceiras (notas 7a e 7b)	118.066	73.855	5.653	8.419
Outras obriga�es diversas (nota 12c)	(59)	(23)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 15a e 15b)	(614.501)	(411.989)	(53.949)	(46.948)
Instrumentos financeiros derivativos (nota 8d)	(20.798)	(27.785)	(9.080)	(69.807)
Outras despesas administrativas (nota 20)	-	-	(679)	(298)
Société Générale - Paris				
Credores diversos - Fianças	(57)	(491)	(27)	(1.211)
Obriga�es por empréstimos no exterior	(13.047)	(203.124)	(1.704)	62.496
Société Générale - New York				
Obriga�es por empréstimos no exterior	(98.567)	(101.230)	(2.155)	270

b) Remunera o do pessoal-chave da Administra o - O montante global anual pago a título de remunera o dos Diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.699 (R\$ 4.448 em 2016).

Composi o do montante pago aos Diretores:

	2017	2016
Proventos	2.345	2.439
Contribui�o ao INSS	354	2.099
Total	2.699	4.538

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informa es: I - Conforme legisla o em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2^o grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%,   própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2^o grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administra o ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2 ^o Semestre	2017	2016
Despesas com serviços do sistema financeiro	(560)	(1.568)	(1.574)
Despesas com serviços técnicos especializados	(657)	(1.400)	(2.002)
Despesas de manuten�o e conserva�o de bens	(118)	(244)	(511)
Despesas de alugue�s	(381)	(722)	(645)
Despesas de processamento de dados	(672)	(1.439)	(527)
Despesas com viagens	(116)	(250)	(407)
Despesas com transportes	(80)	(238)	(152)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 19a)	(374)	(679)	(298)
Despesas com amortiza�o e deprecia�o	(137)	(259)	(224)
Despesas de comunica�es	(117)	(244)	(255)
Despesas com promo�es e rela�es públicas	(40)	(113)	(112)
Despesas com seguros	(39)	(54)	(58)
Despesas com serviços de terceiros	(16)	(32)	(33)
Despesas com entidade de classe	(26)	(54)	(47)
Despesas com material	(5)	(23)	(62)
Despesas com contribui�es filantrópicas	(20)	(36)	(36)
Outras	(296)	(672)	(372)
Total	(3.654)	(8.027)	(7.315)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRA OES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores da **SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil** Opinião com ressalva

Examinamos as demonstra es financeiras da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstra es do resultado, das muta es do patrim nio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na se o a seguir intitulada base para opinião com ressalva, as demonstra es financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas opera es e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva - A Sociedade registra as suas opera es e elabora as suas demonstra es financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência de deprecia o, classificada no ativo permanente (Nota 3). Essas diretrizes não requerem a reclassifica o das opera es, que permanecem registradas de acordo com a disposi o da Lei n  6.099/74, para as rubricas do ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas de arrendamento, mas resultam na adequada apresenta o do resultado e do patrim nio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na se o intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra es financeiras". Somos independentes em rela o   Sociedade, de acordo com os princípios  ticos relevantes previstos no Código de  tica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades  ticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida   suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informa es que acompanham as demonstra es financeiras e o relatório do auditor - A Administra o da Sociedade   responsável por essas outras

informa es que compreendem o Relatório da Administra o. Nossa opinião sobre as demonstra es financeiras não abrange o Relatório da Administra o e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstra es financeiras, nossa responsabilidade   a de ler o Relatório da Administra o e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstra es financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distor o relevante no Relatório da Administra o, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administra o e da Governança pelas demonstra es financeiras - A Administra o   responsável pela elabora o e adequada apresenta o das demonstra es financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabora o de demonstra es financeiras livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elabora o das demonstra es financeiras, a Administra o   responsável pela avalia o da capacidade da Sociedade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elabora o das demonstra es financeiras, a não ser que a Administra o pretenda liquidar   Sociedade ou cessar suas opera es, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das opera es. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora o das demonstra es financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstra es financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstra es financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distor o relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável   um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distor es relevantes existentes. As distor es podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econ micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstra es financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2 ^o semestre	2017	2016
Receita de juros sobre créditos tributários	244	574	249
Receita de juros e multas	1.320	2.111	961
Receita com recupera�o de encargos e despesas	32	32	121
Receita com varia�o cambial	-	-	3.993
Recupera�o de créditos baixados para prejuízo	-	1.049	-
Outras	-	220	510
Total	1.596	3.986	5.833

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2 ^o semestre	2017	2016
Despesas com provisão para gratifica�o - diretoria	(64)	(294)	(679)
Despesas de perdas com varia�o cambial	(10)	(45)	(464)
Despesas de perdas com fee	-	-	(192)
Despesas com publica�o	(39)	(75)	-
Despesas com processos trabalhistas	(1.042)	(1.350)	-
Outras	(31)	(158)	(45)
Total	(1.186)	(1.922)	(1.380)

23. PAGAMENTO BASEADO EM A OES - O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em a es. Os planos são liquidados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es. Os planos de a es livres e diferidas são liquidados com entrega de a es do Société Générale (França). A seguir, demonstramos os valores de posi o e moviment o no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrim nio líquido de reserva de capital.

	Movimenta�o			
	2015	Constitui�o	2016	Constitui�o
Plano de a�es livres ("Paga")	270	37	307	70
Total	270	37	307	70

24. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGA OES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Sociedade   parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das a es e na avalia o de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona integralmente o valor das a es cuja avalia o   de perda provável.

a) O saldo das provisões classificadas como perda provável estão assim constituídos

	2017	2016
Riscos trabalhistas	1.351	-

b) Movimenta o dos riscos trabalhistas

	2017	2016
Saldo inicial	-	-
Constitui�o	1.351	-
Saldo final	1.351	-

Referem-se   provisão para processos movidos por ex-funcionários. Os questionamentos são sobre, horas extras, bem como seus reflexos. Nas a es trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As a es trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situa o de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avalia o de êxito e classifica o dos assessores jurídicos.

Passivos contingentes classificamos como risco de perda possível - Em 31 de dezembro de 2017 não há na Sociedade nenhum registro de natureza civil e trabalhista classificado como perda possível.